

CAMPUS PORTO VELHO

COORDENAÇÃO DO CURSO LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

GUTEMBERG ALVES DOS SANTOS

**INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O OLHAR DOS
PROFESSORES EM PESQUISAS REALIZADAS**

**PORTO VELHO
2025**

GUTEMBERG ALVES DOS SANTOS

INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O OLHAR DOS PROFESSORES EM PESQUISAS REALIZADAS

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus Zona Norte*, como requisito parcial para obtenção do grau de licenciatura Plena em Pedagogia, junto ao Curso Licenciatura em Pedagogia, sob a orientação da professora Rosa Martins Costa Pereira.

PORTO VELHO
2025

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

Santos, Gutemberg Alves dos.
Inclusão de crianças com TEA na educação infantil: o olhar dos professores em pesquisas realizadas / Gutemberg Alves dos Santos. - Porto Velho, 2025.
32 f. : il.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Rosa Martins Costa Pereira.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia EAD) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho, 2025.

1. Educação infantil. 2. Inclusão. 3. TEA. 4. Práticas pedagógicas.
I. Pereira, Rosa Martins Costa (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Celia Reis Sales, CRB-CRB11/955

GUTEMBERG ALVES DOS SANTOS

INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O OLHAR DOS PROFESSORES EM PESQUISAS REALIZADAS

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus Zona Norte*, como requisito parcial para obtenção do grau de licenciatura Plena em Pedagogia, junto ao Curso Licenciatura em Pedagogia, sob a orientação da professora Rosa Martins Costa Pereira.

Aprovado em: 21/10/2025 pela banca examinadora.

Coordenador do curso - Samuel dos Santos Junio

Orientadora – Rosa Martins Costa Pereira

Inclusão de crianças com TEA na educação infantil: o olhar dos professores em pesquisas realizadas

Inclusion of children with ASD in early childhood education: teachers' views in research conducted

Inclusión de niños con TEA en la educación infantil: opiniones de los docentes en investigaciones realizadas

DOI: 10.54033/cadpedv22n12-194

Originals received: 9/19/2025

Acceptance for publication: 10/14/2025

Gutemberg Alves dos Santos

Graduando em Pedagogia

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - campus Zona Norte

Endereço: Manaus, Amazonas, Brasil

E-mail: gutembergalvesgt@gmail.com

Rosa Martins Costa Pereira

Doutora em Geografia

Instituição: Universidade Federal do Paraná

Endereço: Porto Velho, Rondônia, Brasil

E-mail: rosa.martins@ifro.edu.br

RESUMO

A Educação Infantil é uma fase essencial para o desenvolvimento integral da criança, devendo oferecer experiências significativas que estimulem aspectos emocionais, cognitivos e sociais, promovendo também a convivência inclusiva. Durante o estágio, observou-se a dificuldade dos professores em incluir crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), principalmente pela falta de formação específica. Diante disso, a pesquisa buscou responder: quais desafios os docentes enfrentam na inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil e quais estratégias podem favorecer uma inclusão efetiva? O objetivo foi analisar práticas pedagógicas voltadas às crianças autistas, utilizando metodologia qualitativa e exploratória, fundamentada na análise de conteúdo de Bardin. O estudo baseou-se em literatura científica, legislações e documentos oficiais relacionados a TEA, inclusão e práticas pedagógicas. Os resultados apontam escassez de pesquisas aplicadas, deficiência na formação inicial e continuada dos professores, insegurança na atuação e ausência de recursos e suporte institucional, fatores que dificultam o desenvolvimento de uma prática

pedagógica inclusiva e eficaz. Assim, reforça-se a necessidade de políticas formativas e estruturais que garantam a efetiva inclusão escolar.

Palavras-chave: Educação Infantil. Inclusão. TEA. Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

Early childhood education is an essential phase for a child's comprehensive development and should offer meaningful experiences that stimulate emotional, cognitive, and social aspects, while also promoting inclusive coexistence. During the internship, teachers' difficulties in including children with Autism Spectrum Disorder (ASD) were observed, primarily due to a lack of specific training. Therefore, the research sought to answer: What challenges do teachers face when including children with ASD in early childhood education, and what strategies can foster effective inclusion? The objective was to analyze pedagogical practices aimed at autistic children, using a qualitative and exploratory methodology, based on Bardin's content analysis. The study was based on scientific literature, legislation, and official documents related to ASD, inclusion, and pedagogical practices. The results point to a scarcity of applied research, deficiencies in initial and continuing teacher training, insecurity in their work, and a lack of resources and institutional support, all of which hinder the development of inclusive and effective pedagogical practices. This reinforces the need for training and structural policies that ensure effective school inclusion.

Keywords: Early Childhood Education. Inclusion. ASD. Pedagogical Practices.

RESUMEN

La educación infantil es una etapa esencial para el desarrollo integral del niño y debe ofrecer experiencias significativas que estimulen los aspectos emocionales, cognitivos y sociales, a la vez que promueven la convivencia inclusiva. Durante las prácticas, se observaron dificultades del profesorado para incluir a niños con Trastorno del Espectro Autista (TEA), principalmente debido a la falta de formación específica. Por lo tanto, la investigación buscó responder a las siguientes preguntas: ¿Qué desafíos enfrentan los docentes al incluir a niños con TEA en la educación infantil y qué estrategias pueden fomentar una inclusión efectiva? El objetivo fue analizar las prácticas pedagógicas dirigidas a niños con autismo, mediante una metodología cualitativa y exploratoria, basada en el análisis de contenido de Bardin. El estudio se basó en literatura científica, legislación y documentos oficiales relacionados con el TEA, la inclusión y las prácticas pedagógicas. Los resultados apuntan a la escasez de investigación aplicada, deficiencias en la formación inicial y continua del profesorado, inseguridad en su trabajo y falta de recursos y apoyo institucional, todo lo cual dificulta el desarrollo de prácticas pedagógicas inclusivas y efectivas. Esto refuerza la necesidad de formación y políticas estructurales que garanticen una inclusión escolar efectiva.

Palabras clave: Educación Infantil. Inclusión. TEA. Prácticas pedagógicas.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação infantil tem ganhado destaque no cenário educacional brasileiro, impulsionada por políticas públicas que visam garantir não apenas o acesso, mas a permanência com qualidade no ensino regular.

A educação infantil, etapa essencial no desenvolvimento humano, deve favorecer experiências significativas que promovam o desenvolvimento emocional, cognitivo e social, além de preparar os pequenos para uma convivência respeitosa e inclusiva.

O objetivo principal desta pesquisa foi investigar os desafios enfrentados pelos professores no processo de inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil. Nesse percurso, buscou-se compreender não apenas as dificuldades mais recorrentes no cotidiano escolar, mas também as estratégias pedagógicas adotadas pelos docentes para promover um ensino inclusivo e humanizado.

A seleção dos estudos foi feita a partir de critérios específicos de inclusão, como a relevância para a temática da inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil e os desafios dos professores. A busca foi realizada em bases de dados acadêmicos na plataforma Periódicos Capes utilizando palavras-chave “Transtorno do Espectro Autista”, “inclusão escolar” e “práticas pedagógicas”.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico em um estudo compreende uma análise crítica e organizada da literatura pertinente ao tema, fornecendo uma contextualização teórica e definindo os conceitos-chave. Deve conter de maneira abrangente as teorias, modelos e pesquisas anteriores, identificando lacunas, contradições e consensos na literatura que são importantes para o foco do trabalho que está sendo desenvolvido.

3 CAMINHOS DA PESQUISA: ENTRE A FORMAÇÃO INICIAL E A FORMAÇÃO CONTINUADA

A escolha do tema “Inclusão de Crianças com TEA na Educação Infantil: O Olhar dos Professores em Pesquisas Realizadas” fundamenta-se na experiência adquirida ao longo do estágio, momento que possibilitou uma aproximação concreta com a realidade da sala de aula e, em especial, com os desafios da inclusão escolar de crianças com (TEA). Essa vivência prática permitiu observar, de forma mais aprofundada, as dificuldades enfrentadas tanto pelos alunos quanto pelos professores, revelando que a ausência de formação específica e continuada ainda constitui um dos maiores entraves para a efetivação de práticas pedagógicas inclusivas. A partir desse contexto, o tema mostra-se relevante por trazer à tona reflexões necessárias sobre a preparação docente e sobre a necessidade de políticas educacionais mais eficazes para assegurar uma educação de qualidade e equitativa a todos.

Esta pesquisa se justifica pela necessidade de compreender o olhar dos professores sobre essa realidade, analisando os desafios que enfrentam e as possíveis estratégias para tornar a inclusão mais efetiva. Portanto, pretende-se contribuir para a reflexão sobre a importância da formação continuada e do suporte institucional para que os docentes possam atuar de maneira mais preparada e acolhedora no processo de inclusão.

4 PROBLEMA DE PESQUISA

Durante o estágio realizado na Educação Infantil, foi possível constatar uma série de desafios relacionados ao processo de inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto escolar. Apesar de a legislação brasileira assegurar o direito à educação inclusiva, observa-se que a realidade prática ainda se encontra distante da efetivação desse princípio.

Um dos principais obstáculos identificados refere-se à ausência de adaptações curriculares e metodológicas capazes de atender às necessidades específicas dos alunos com TEA. Em grande parte, as atividades pedagógicas

eram propostas em formato padronizado, desconsiderando as particularidades cognitivas, sensoriais e comunicacionais dessas crianças. Tal lacuna comprometia sua participação ativa no processo de aprendizagem e limitava seu desenvolvimento integral.

Contudo o aspecto crítico refere-se à inexistência de profissionais de apoio, como auxiliares de sala, que poderiam colaborar diretamente no acompanhamento individualizado das crianças com necessidades educacionais específicas. Essa carência ocasionava sobrecarga docente, sobretudo em turmas com número elevado de alunos atípicos, impactando de forma negativa a qualidade do atendimento educacional oferecido.

Ademais, constatou-se que a participação familiar, elemento essencial no processo de inclusão, nem sempre se mostrava efetiva. Em alguns casos, a resistência ou a negação do diagnóstico por parte dos responsáveis dificultava a construção de uma parceria escola-família, imprescindível para a implementação de estratégias adequadas de acompanhamento pedagógico e comportamental.

A insuficiência de formação inicial e continuada voltada à Educação Especial também emergiu como um entrave significativo. Muitos professores relataram não possuir preparo adequado para lidar com as demandas específicas de crianças com TEA, o que evidencia a necessidade de investimentos consistentes em capacitação profissional orientada para práticas inclusivas.

Diante desse panorama, torna-se evidente que a inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil exige mais do que boas intenções: demanda infraestrutura adequada, recursos humanos especializados, formação docente qualificada e engajamento de toda a comunidade escolar. Nesse sentido, é imprescindível que políticas públicas inclusivas sejam efetivamente implementadas, monitoradas e aprimoradas, de forma a assegurar uma educação equitativa, acessível e de qualidade para todos.

Este estudo, portanto, busca responder à seguinte problemática: quais são os principais desafios enfrentados pelos professores na inclusão de crianças

com TEA na Educação Infantil e quais estratégias podem ser adotadas para promover uma inclusão efetiva e de qualidade?

Parte-se da hipótese de que a ausência de formação específica dos professores, aliada à escassez de recursos pedagógicos adaptados e de suporte profissional especializado, compromete significativamente a efetividade da inclusão de crianças com TEA. Considera-se, entretanto, que a implementação de adaptações curriculares, aliada à formação continuada dos educadores, pode contribuir de forma expressiva para a construção de uma educação mais inclusiva, humanizada e equitativa.

5 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

5.1 O AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil, etapa fundamental na formação de cada indivíduo, tem como objetivo garantir o desenvolvimento integral das crianças, respeitando suas necessidades físicas, cognitivas, emocionais e sociais. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Educação Infantil é vista como um espaço de aprendizado, onde as crianças se apropriam de conhecimentos, vivenciam experiências e desenvolvem habilidades essenciais para o seu crescimento.

A educação infantil é uma etapa fundamental no desenvolvimento das crianças, e as salas de aula são ambientes onde elas começam a formar suas percepções sobre o mundo. A diversidade, em suas múltiplas formas – cultural, étnica, de gênero, e de habilidades – está cada vez mais presente nas escolas, e os educadores têm o papel de criar um ambiente que valorize essas diferenças, promovendo o respeito e a compreensão (Dias, 2024, p.01).

Portanto, o Brasil tem avançado na implementação de políticas públicas que garantem o acesso à Educação Infantil, mas ainda há desafios a serem superados, especialmente no que diz respeito à formação de professores e à adaptação das práticas pedagógicas às realidades regionais e socioeconômicas das crianças. Portanto, investir na Educação Infantil é investir no futuro,

garantindo um desenvolvimento mais equitativo e integrado para as próximas gerações.

5.1.1 Inclusão escolar de crianças com TEA na educação infantil

Fernandes (2016), enfatiza que a educação inclusiva representa um modelo pedagógico que busca integrar todos os alunos, independentemente de suas características individuais, em um ambiente escolar comum, garantindo equidade e acessibilidade na aprendizagem. Essa abordagem beneficia tanto crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) quanto seus colegas neurotípicos, ao fomentar um ambiente que valoriza a diversidade e promove o desenvolvimento social e acadêmico de todos.

Nessa óptica, inclui a criança com autismo vai além de inseri-la em uma escola em uma sala regular é preciso inicialmente que a criança esteja regulada e organizada sensorialmente para dar conta do destino no ambiente escolar, assim como necessário que a escola esteja preparada para trabalhar inclusive com adaptações, se necessário metodológicas, e arquitetônicas; para que possa ser oferecida a essa criança aprendizagem significativas a partir do nível do desenvolvimento em que se encontra, investindo em suas potencialidades (Mota 2020, p.73).

Pensar na inclusão escolar a partir das pessoas com TEA é enriquecer e diversificar o processo de ensino-aprendizagem (Mota 202, p 74). A educação inclusiva deve superar qualquer forma de discriminação e atender o aluno em sua necessidade, de modo a garantir-lhe acesso e permanência com qualidade na rede regular de ensino (Fernandes,2016, p.11).

No contexto educacional, a inclusão escolar favorece o fortalecimento das habilidades sociais e cognitivas, estimula a convivência respeitosa com as diferenças e melhora significativamente o ambiente escolar. De acordo com Sampaio (2018), a construção de um espaço educacional mais acolhedor e diversificado permite que cada aluno tenha seu potencial plenamente desenvolvido, reforçando os princípios de igualdade de oportunidades e respeito às singularidades individuais.

Mariano (2023), relata que a inclusão no ambiente escolar desempenha um papel fundamental no desenvolvimento das habilidades sociais e cognitivas das crianças com TEA, proporcionando interações constantes com seus pares e favorecendo avanços na comunicação e na socialização. A educação inclusiva na educação infantil visa criar um ambiente no qual todas as crianças possam aprender, crescer e se desenvolver juntas, valorizando suas diferenças e promovendo a equidade (Mariano, 2023, p.30).

O contato diário com colegas neurotípicos estimula a aprendizagem de comportamentos sociais adequados, promovendo uma maior autonomia e interação mais significativa no contexto escolar e social.

Para Dias (2020), o suporte de profissionais capacitados e o uso de metodologias adaptadas contribuem para o desenvolvimento cognitivo desses alunos, auxiliando na aquisição de novos conhecimentos e habilidades acadêmicas. Para as crianças sem autismo, a convivência com colegas que possuem diferentes necessidades fomenta o desenvolvimento de competências socioemocionais, como empatia, resiliência e aceitação das diferenças. Esse processo fortalece a formação de cidadãos mais tolerantes e preparados para viver em uma sociedade plural e inclusiva.

Desse modo, uma intervenção pedagógica de qualidade e eficiente desde cedo no processo de escolarização na educação infantil pode contribuir para o desenvolvimento psicomotor, social e linguísticos das crianças com TEA, trazendo avanços na sua vida, na sua capacidade de aprender e interagir na sociedade (Dias, 2020, p.63).

A presença de alunos com TEA nas salas de aula regulares contribui significativamente para a ampliação da percepção sobre a diversidade humana, promovendo um ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor. Mariano (2023) diz que a convivência cotidiana entre estudantes com diferentes perfis favorece a construção de relações interpessoais baseadas no respeito e na solidariedade, essenciais para a coesão social. Iniciativas pedagógicas voltadas para o ensino da diversidade têm demonstrado resultados positivos na promoção da empatia e na valorização das diferenças.

Pereira (2019), incluem abordagens sobre o autismo e outras condições neuro divergentes favorecem a conscientização dos alunos e estimulam a criação de uma cultura escolar mais acessível, igualitária e empática, preparando-os para interações respeitadas e inclusivas ao longo da vida.

Nesta definição fica claro o respeito a identidade da criança e seu papel enquanto sujeito da sua própria história. Na Educação Infantil, a criança deve construir sua aprendizagem através da vivência, de suas próprias demandas e potencialidades, reconhecendo o seu direito de ser protagonista do processo educacional (Pereira, 2019, p.43).

A implementação de práticas inclusivas exige adaptações no ambiente escolar que acabam por beneficiar todos os estudantes, independentemente de suas necessidades específicas. Estratégias como a diferenciação pedagógica, o uso de recursos multimodais e a flexibilização curricular possibilitam uma abordagem mais abrangente do ensino, atendendo a diferentes estilos de aprendizagem e garantindo que cada aluno tenha acesso a metodologias eficazes.

Na visão de Dias (2020), a formação continuada dos professores em educação inclusiva aprimora a qualidade do ensino, capacitando-os a lidar de forma mais sensível e competente com a diversidade presente em sala de aula. A promoção de um ambiente escolar inclusivo reduz significativamente comportamentos excludentes e preconceituosos, contribuindo para a construção de uma cultura educacional pautada na equidade e no respeito mútuo. Esse cenário reflete-se no bem-estar da comunidade escolar como um todo, fortalecendo a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes.

Entretanto, o aspecto essencial na Educação Infantil é a garantia da acessibilidade. Todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou sensoriais, devem ter acesso aos espaços, materiais e brinquedos de forma igualitária. A inclusão de crianças com deficiência exige adaptações no ambiente escolar, como a adequação dos mobiliários, o uso de recursos pedagógicos acessíveis e a disponibilização de brinquedos adaptados que possibilitem a participação de todos nas atividades.

A criação de um ambiente inclusivo e acolhedor contribui para a valorização da diversidade e fortalece o desenvolvimento integral das crianças. Ao respeitar as individualidades e oferecer oportunidades equitativas de aprendizado, a escola cumpre seu papel não apenas como espaço educativo, mas também como um ambiente social de formação cidadã, promovendo o respeito, a empatia e a convivência harmoniosa entre todas as crianças

5.2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA INFÂNCIA

Leonel et al. (2022) destacam que a educação inclusiva é um modelo educacional cujo objetivo é garantir que todas as crianças tenham acesso, permaneçam na escola e se desenvolvam plenamente, respeitando suas particularidades. No caso das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a inclusão escolar desempenha um papel essencial no fortalecimento de habilidades sociais, cognitivas e emocionais, promovendo um ambiente de aprendizado que respeita suas especificidades.

A inclusão, historicamente, vem sendo repensada e regulamentada, no entanto, sua efetivação ainda atravessa dificuldades e, muitas vezes, tem sido discutida nos aspectos de estar favorecendo, de forma integral, as crianças com TEA. Com o Decreto nº 10.502/2020, estabeleceu-se a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, sendo dispostos, no seu art. 2º, os parágrafos que consideram aspectos relacionados à equidade, à frequência e à matrícula dos alunos com deficiência em escolas especializadas e planos de desenvolvimento individuais elaborados de forma colaborativa (Oliveira, Silva e Zilly 2021, p.04)

Machado (2018) ressalta que a educação inclusiva se baseia no princípio da equidade, assegurando que todos os estudantes tenham acesso a oportunidades de aprendizagem significativas e adaptadas às suas necessidades. No contexto brasileiro, a legislação educacional estabelece diretrizes para garantir os direitos das crianças autistas na escola, destacando a importância da adaptação curricular e do suporte especializado para promover uma educação de qualidade para todos.

Dias (2019) explica que a educação inclusiva consiste em um conjunto de estratégias voltadas para a remoção de barreiras no processo de aprendizagem, garantindo a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade no ambiente escolar. Essa perspectiva defende que todos os alunos, independentemente de suas condições, devem ser inseridos em um sistema educacional comum e participar ativamente do processo de ensino-aprendizagem. De acordo com Leonel et. al. (2022), a escola torna-se um espaço de acolhimento e desenvolvimento para todos, fortalecendo o princípio da equidade educacional.

5.2.1 Transtorno do Espectro Autista (TEA)

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio do neurodesenvolvimento que se caracteriza por déficits persistentes na comunicação e interação social, bem como por padrões de comportamento restritos e repetitivos. Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5ª edição (DSM-5), o diagnóstico desse transtorno exige a identificação de dificuldades na reciprocidade sócio emocional, no uso de comportamentos comunicativos não verbais e na capacidade de estabelecer e manter relacionamentos.

DSM-5 (2014) diz, essas características reforçam a importância de estratégias educacionais e terapêuticas individualizadas que levem em consideração as necessidades específicas de cada indivíduo, promovendo um desenvolvimento mais equilibrado e uma melhor qualidade de vida.

Na visão de Azevedo (2017) a compreensão do TEA exige uma abordagem ampla e multidimensional, considerando a variabilidade significativa dos sintomas dentro do espectro. O reconhecimento precoce e o diagnóstico preciso são essenciais para a implementação de intervenções adequadas que favoreçam o desenvolvimento social, cognitivo e comportamental desses indivíduos.

5.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS COM TEA

No que se refere a Políticas Públicas para a inclusão da criança com TEA na escola, a legislação brasileira estabelece um conjunto de dispositivos legais que garantem a inclusão e o desenvolvimento pleno desses estudantes. A Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, reconhece o autismo como uma deficiência para todos os efeitos legais, garantindo acesso à educação e vedando qualquer forma de discriminação. O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) reforça esse direito ao estabelecer que o sistema educacional deve ser inclusivo em todos os níveis e modalidades

Parágrafo único: aplicam-se às pessoas com transtorno do espectro autista os direitos e obrigações previstas na Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, promulgados pelo Decreto nº 6949 de 25 de agosto de 2009, e na legislação pertinente às pessoas com deficiência (Brasil, 2014c).

A Constituição Federal de 1988 que embasa o direito de crianças com TEA ao atendimento educacional especializado: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.” (CF, art. 208, III).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) trata da igualdade de condições no acesso e permanência na escola no artigo 53, caput, que dispõe:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Direito de ser respeitado por seus educadores;
- III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV - Direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V - Acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentam a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica (Brasil, 1990, art. 53).

Conforme o Art. 53 da LBDI, a acessibilidade é um “direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social” (Brasil, 2015a). Para alunos com TEA, isso significa a adaptação de espaços físicos, materiais pedagógicos acessíveis, recursos de tecnologia assistiva e a presença de profissionais capacitados para apoiar o desenvolvimento cognitivo, social e emocional.

Em continuidade, o artigo 59 da LDB assevera que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para integração desses educandos nas classes comuns;

IV - Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (Brasil, 1996, p. 24).

Isso posto, pode-se afirmar que a legislação educacional brasileira representou um avanço significativo no campo da inclusão, uma vez que estabeleceu diretrizes para que as instituições de ensino se tornassem aptas a atender estudantes em sua diversidade. Ao exigir adaptações curriculares, metodológicas, materiais pedagógicos acessíveis e uma estrutura adequada, a lei busca garantir que o processo de ensino-aprendizagem contemple as necessidades individuais de cada aluno, respeitando suas singularidades.

O Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 13.005/2014 traz diretrizes e metas que podem ser usadas como fundamento para falar sobre a inclusão da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil e nos

demais níveis da educação básica. “Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.” (Brasil 2014, art. 2º, IV).

Todavia Mota 2020, enfatiza que:

A legislação brasileira garante que a educação de qualquer pessoa, independentemente de sua condição humana, deve ser na rede regular de ensino, nas salas de aula comum. A lei nº 12.764 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista, sancionada em dezembro de 2012, considera as pessoas com autismo com pessoas com deficiência e concede os direitos a todas as políticas de inclusão do país, inclusive à educação (Mota 2020, p.67).

Portanto na Educação Infantil, a PNE reforça a necessidade de promover práticas pedagógicas inclusivas que garantam experiências de aprendizagem significativas e o desenvolvimento global dos alunos com TEA. Além disso, orienta políticas públicas para ampliar o número de matrículas, investir em infraestrutura adequada e estimular a participação da família no processo educativo. Dessa forma, o PNE se consolida como instrumento fundamental para a efetivação do direito à educação de qualidade, gratuita e inclusiva, contribuindo para a redução das desigualdades e para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

5.4 FORMAÇÃO DOS PROFESSORES NESSA PERSPECTIVA INCLUSIVA

A formação dos professores é um dos pilares para garantir a qualidade da educação. Além do domínio dos conteúdos específicos de sua área de atuação, o docente precisa estar preparado para lidar com diferentes realidades, compreender as necessidades dos alunos e adotar metodologias que favoreçam um ensino inclusivo e significativo. A educação continuada é essencial para que os professores possam acompanhar as mudanças na sociedade e no campo educacional, aprimorando suas práticas pedagógicas.

Sem dúvida, ao longo das últimas décadas, um dos maiores desafios, que permanece até os dias de hoje, é formar professores que atuem com uma perspectiva inclusiva. E além desse ainda há o desafio para

os gestores: como organizar ou propor escolas com perspectiva inclusiva diante de cenários tão complexos e diversos como os da educação brasileira (Oliveira,2023, p.29).

Andrades, Lima e Barbosa (2021) destacam que para que a inclusão de alunos com TEA seja bem-sucedida, é necessário que os docentes compreendam as particularidades do transtorno e possuam uma bagagem sólida de estratégias pedagógicas que promovam a participação ativa dos alunos na aprendizagem.

Os professores, enquanto profissionais da educação, precisam ter consciência sobre a importância da formação pedagógica, visto que a diversidade e as diferenças que se apresentam no âmbito escolar são fatores significativos e que contribuem também para prática docente. (Santos e Going, 2023, p.10).

Sousa (2024) enfatiza que a formação continuada dos professores é fundamental para o avanço da educação inclusiva, pois investimentos em capacitação profissional possibilitam que os educadores estejam mais preparados para trabalhar com a diversidade em sala de aula. Dessa forma, práticas pedagógicas mais inclusivas e eficazes podem ser desenvolvidas. Apesar dos desafios existentes, as iniciativas em andamento e as inovações tecnológicas trazem perspectivas positivas para a implementação mais efetiva das políticas públicas voltadas à inclusão educacional no Brasil.

6 METODOLOGIA

A pesquisa teve como objetivo analisar os desafios enfrentados na inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil, com ênfase nas dificuldades encontradas pelos professores no processo educacional.

Para isso, foi realizada uma revisão de literatura de natureza qualitativa e exploratória, fundamentada em publicações acadêmicas, legislações, documentos oficiais e diretrizes educacionais pertinentes ao tema. A investigação foi conduzida a partir de uma seleção criteriosa de materiais bibliográficos, como artigos científicos, livros, dissertações e teses, priorizando

produções que abordam diretamente a inclusão de crianças com TEA na primeira infância.

As fontes foram pesquisadas em bases acadêmicas confiáveis, especialmente na Plataforma Periódico CAPES, Transtorno do Espectro Autista, inclusão escolar, práticas pedagógicas, Inclusão na educação infantil, Desafios dos professores com crianças com Tea na educação infantil, Práticas dos professores na educação infantil adotando critérios de inclusão baseados na relevância temática, na consistência metodológica e na contribuição teórica.

A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, de Bardin? Precisa indicar isso no resumo também permitindo a categorização das informações extraídas das obras selecionadas. Com isso, busca-se identificar os principais obstáculos enfrentados pelos docentes, avaliar a adequação dos recursos pedagógicos utilizados e propor estratégias práticas que favoreçam a inclusão efetiva das crianças com TEA na Educação Infantil, contribuindo para um ensino mais equitativo e de qualidade.

7 RESULTADOS

Para a análise de dados foram selecionados sete trabalhos relacionados ao tema, entre eles estão artigo, tese, dissertação e livros acadêmicos cujo foco principal é a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil e os desafios enfrentados nesse processo. O objetivo central desta pesquisa foi investigar os desafios encontrados pelos professores na inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil, explorando as estratégias pedagógicas e as políticas educacionais que podem contribuir para uma inclusão escolar efetiva e de qualidade.

Quadro 1: Dados do Artigo Analisado

Ano	Autor	Título	Tipo de Trabalho	Link de acesso
2024	NONATO, Gleides Ander et al	CRIANÇAS DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS A SEREM SUPERADOS PELO PROFESSOR	Artigo	https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/14423
2023	MARIÑO, Maria Elena Mangiolardo	PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL INCLUSIVAS PARA CRIANÇAS DE TRÊS A CINCO ANOS COM TRANSTORNO	Dissertação	https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/2cbe4de0-e658-4b38-9f5f-af381de2f5d7/content
2019	Azevedo, Mariana	ESTRATÉGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM DESENVOLVIDAS COM ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA ESCOLA REGULAR: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA	Dissertação	https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/ccbac2b0-2961-430d-890b-5a1f5fbd703/content
2020	Mota Carol	Autismo na educação infantil: um olha para interação social e inclusão escolar	Livro	Impreso, físico
2020	Cunha Eugênio	Autismo na escola: um jeito de aprender, um jeito diferente de ensinar - Ideias e práticas Pedagógicas	Livro eletrônico	https://pt.scribd.com/document/651301399/Autismo-Na-Escola-1
2023	COSTA et al	Desafios e estratégias de inclusão de crianças com TEA no ensino regular	Tese	https://www.researchgate.net/publication/376692660_Desafios_e_estrategias_de_inclusao_de_crianças_com_TEA_no_ensino_regular
2018	Marchiori e França	Práticas e articulações pedagógicas na educação infantil: contribuições ao processo de desenvolvimento de uma criança com autismo	Artigo	https://www.researchgate.net/publication/329226574_Praticas_e_articulacoes_pedagogicas_na_educacao_infantil_contribuicoes_ao_processo_de_desenvolvimento_de_uma_crianc_a_com_autismo
2019	Santos, Juçara	DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA ESCOLA PÚBLICA NA INCLUSÃO DE ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	Dissertação	https://mpemdh.unitau.br/wp-content/uploads/2017/dissertacoes/mpe/b/Jucara-Maria-Lemes-Giffoni-Avila-Santos.pdf

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Portal Periódicos da Capes, 2025, 02/06/2025

A inclusão de crianças com (TEA) na Educação Infantil apresenta inúmeros desafios para os professores, especialmente quando se trata de garantir um ambiente escolar verdadeiramente acessível, acolhedor e adaptado às necessidades desses alunos. Durante a prática pedagógica, muitos docentes relatam a falta de conhecimento específico sobre o TEA, consequência direta de uma formação inicial limitada, que não contempla adequadamente os temas relacionados à Educação Inclusiva. Essa lacuna gera insegurança, dificuldades no planejamento de atividades e, muitas vezes, resistência à inclusão.

Portanto, o obstáculo enfrentado pelos educadores é a ausência de formação continuada, o que dificulta a atualização de práticas pedagógicas mais

adequadas às necessidades das crianças autistas. Além disso, a maioria das escolas não oferece o suporte necessário, como a presença de auxiliares em sala de aula ou equipes multidisciplinares, o que sobrecarrega os professores e compromete a qualidade do atendimento educacional.

Outro tema importante refere-se às dificuldades encontradas na inclusão de alunos com TEA, em que os professores relataram como mais frequente o sentimento de intensa frustração e medo de lidar com determinados comportamentos do aluno [...]esses sentimentos parecem estar relacionados ao despreparo na formação. (Schmidt. apud 2016, p.229).

A adaptação curricular ainda é pouco explorada ou realizada de forma genérica, sem considerar as particularidades cognitivas, sensoriais e comportamentais das crianças com TEA. Isso acaba afetando diretamente a participação e a aprendizagem dos alunos, que muitas vezes não conseguem acompanhar as atividades propostas ou se sentem excluídos do contexto escolar. Soma-se a isso a dificuldade em avaliar de forma justa e eficaz o desenvolvimento das crianças autistas, por falta de instrumentos específicos que considerem seu ritmo e estilo de aprendizagem.

Além dos fatores pedagógicos, os professores também enfrentam desafios no campo das relações interpessoais. A socialização das crianças com TEA requer intervenções intencionais e planejadas, algo que muitos educadores não sabem como conduzir, justamente pela falta de formação adequada. Outro ponto delicado é a resistência de algumas famílias em aceitar o diagnóstico, o que prejudica o diálogo entre escola e responsáveis e dificulta o planejamento conjunto de estratégias de inclusão.

Diante desse cenário, fica evidente a necessidade urgente de investimentos na formação dos professores, na criação de políticas públicas que garantam apoio institucional efetivo e na implementação de práticas pedagógicas inclusivas e significativas. Somente com uma rede de apoio sólida e com professores preparados será possível promover uma inclusão de fato, garantindo às crianças com TEA o direito de aprender, conviver e se desenvolver em igualdade de condições com os demais colegas.

O estudo identificou práticas pedagógicas eficazes que contribuem para uma Educação Infantil mais inclusiva e acolhedora para crianças com (TEA). Dentre essas práticas, destacam-se as atividades lúdicas estruturadas, que utilizam jogos, brincadeiras e materiais visuais com objetivos pedagógicos bem definidos, respeitando o ritmo individual e os interesses das crianças com TEA. Essas atividades promovem o engajamento e facilitam a aprendizagem de forma prazerosa.

O professor deve buscar conhecer as necessidades individuais de cada criança por meio da observação, do diálogo com familiares e do trabalho conjunto com profissionais especializados, quando necessário. Com base nesse conhecimento, é possível adaptar o currículo, oferecendo desafios adequados a cada criança e proporcionando oportunidades de aprendizagem significativa e acessíveis (Mariño, 2023, p.42).

Contudo, outra prática relevante é o uso de recursos paradidáticos adaptados, como os livros que oferecem propostas com sequência lógica, imagens e cores atrativas, auxiliando no desenvolvimento cognitivo e na organização das informações. A observação sistemática e flexível do comportamento das crianças também se mostra essencial, permitindo ao professor ajustar constantemente suas estratégias de ensino de acordo com as necessidades e respostas diárias dos alunos.

O trabalho colaborativo entre professores da sala regular, professores de educação especial, cuidadores e auxiliares cria uma rede de apoio que garante atendimento mais personalizado e eficaz às crianças com TEA. A rotina estruturada e previsível é outro aspecto fundamental, pois oferece segurança e estabilidade, ajudando na redução da ansiedade e facilitando a adaptação das crianças ao ambiente escolar.

Por fim, o estudo reforça a importância do envolvimento das famílias, por meio de um diálogo frequente entre escola e responsáveis, promovendo a continuidade do processo educativo e o fortalecimento dos vínculos entre o ambiente escolar e familiar. Essas práticas, quando bem implementadas, favorecem não apenas o desenvolvimento das crianças com TEA, mas também a construção de uma escola mais inclusiva, humana e democrática.

Nesta análise demonstra que as estratégias centrais são o ensino estruturado, que utiliza rotinas visuais, horários previsíveis e tarefas sequenciadas. Essa organização contribui para a redução da ansiedade e melhora da cognição dos alunos, garantindo-lhes um ambiente seguro e compreensível. Além disso, a adaptação curricular e metodológica é essencial: flexibilizar os conteúdos, utilizar recursos visuais e ferramentas de comunicação aumentativa, planejar atividades individualizadas e monitorar continuamente as respostas dos estudantes são ações que favorecem a aprendizagem de forma mais inclusiva e efetiva.

O princípio básico da educação inclusiva consiste na possibilidade de que todos os alunos aprendam juntos, independentemente de suas diferenças ou dificuldades. Portanto, as escolas devem reconhecer e responder à diversidade de necessidades e habilidades dos alunos, acomodando tanto estilos como ritmos de aprendizagem, garantindo, assim, um ensino de qualidade para todos os alunos (Azevedo, 2017, p.42)

Entretanto, outro ponto de destaque é a intervenção colaborativa com equipe multidisciplinar, envolvendo professores regentes, educadores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), cuidadores e outros profissionais técnicos. Essa articulação favorece a construção coletiva de estratégias pedagógicas, garantindo um suporte mais completo aos alunos. Nesse contexto, o uso do Plano Educacional Individualizado (PEI) é uma ferramenta essencial, pois permite o estabelecimento de metas personalizadas, adaptações específicas e o acompanhamento sistemático do progresso de cada criança com TEA.

O envolvimento da família também se apresenta como um elemento fundamental nesse processo. Através do diálogo constante com os responsáveis, é possível alinhar práticas escolares à rotina familiar, promovendo continuidade e coerência no desenvolvimento da criança.

Apesar da existência de estratégias eficazes, muitos desafios persistem no cotidiano escolar. A falta de formação específica dos professores compromete a aplicação adequada das práticas validadas, gerando insegurança e baixa eficácia no ensino. Além disso, há dificuldades na elaboração e aplicação

do PEI, muitas vezes por desconhecimento ou falta de articulação entre os envolvidos. A ausência de suporte institucional e recursos pedagógicos adaptados limita a atuação docente, sobrecarregando os professores, que frequentemente acumulam funções de ensino e cuidado sem auxílio adequado. Por fim, a fragilidade das adaptações curriculares e das formas de avaliação prejudica a real mensuração dos avanços dos alunos com TEA, tornando o processo de inclusão incompleto.

8 DISCUSSÃO

Com base nos trabalhos analisados sobre a inclusão da criança autista na educação infantil, observou-se uma escassez significativa de publicações nacionais que abordem de forma aprofundada essa temática. A maioria dos artigos encontrados encontra-se em inglês ou espanhol, o que já representa uma barreira ao acesso e à difusão do conhecimento por parte de muitos profissionais da educação no Brasil.

A inclusão de crianças com (TEA) na Educação Infantil apresenta diversos desafios que exigem do professor preparo técnico, sensibilidade e constante adaptação de sua prática pedagógica. Entre os principais obstáculos enfrentados, destaca-se a restrição alimentar, que demanda atenção individualizada, já que muitos alunos possuem dietas específicas ou seletividade alimentar, dificultando a rotina escolar. Outro ponto crítico é a hipersensibilidade sensorial, que pode provocar reações intensas a estímulos como sons, luzes ou texturas, interferindo na participação das atividades coletivas.

Além disso, as dificuldades relacionadas à coordenação motora e postura comprometem a realização de tarefas que envolvem movimentos mais complexos, como atividades de psicomotricidade, recorte ou escrita. A linguagem e a comunicação representam outro grande desafio, pois muitas crianças apresentam atraso ou ausência da fala, dificultando a interação com colegas e professores. Esse aspecto está diretamente ligado à interação social, já que a falta de recursos comunicativos pode limitar a integração da criança nos momentos de brincadeira e aprendizagem coletiva.

Tais desafios tornam evidente a necessidade de práticas pedagógicas específicas e de apoio institucional, pois exigem do professor não apenas criatividade, mas também paciência, flexibilidade e o conhecimento de estratégias diferenciadas que possibilitem a efetiva inclusão da criança autista no ambiente escolar.

Entretanto Mendes (1999) Introduce que:

o auxiliar pedagógico especializado precisa tomar posse das concepções circulantes e recorrentes acerca de uma histórica carregada de estigmas sociais, preconceitos e estereótipos. Obviamente que ao compreender o processo histórico das relações sociais, é possível não só rever a prática pedagógica ancorada por concepções equivocadas, mas buscar com a comunidade escolar o rompimento da manutenção ainda presente nos entendimentos acerca das pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais, suas possibilidades de aprendizagem e o papel fundamental do professor de apoio permanente no ensino regular (Mendes, 1999, p.19).

Segundo Beyer (2006), o professor deve atuar como mediador do processo de ensino-aprendizagem, priorizando as necessidades específicas de cada aluno e buscando estratégias que favoreçam sua participação efetiva tanto nas atividades escolares quanto extraclasse. Isso envolve a adoção de adaptações curriculares, metodológicas e avaliativas, além da organização do espaço e do tempo, de modo a potencializar o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos estudantes.

No quadro abaixo estão os desafios, práticas e políticas educacionais encontrados nos artigos analisados

Quadro síntese 2: Desafios, Estratégias e Políticas Educacionais descrito nos artigos

Desafios Enfrentados Pelos Professores	Estrategias Pedagógicas	Políticas educacionais
Restrição alimentar, Hipersensibilidade, coordenação motora, postura, Linguagem, comunicação Falta de formação continuada	Autora - Mota Carol 2020 Atividade Lúdica, Brincadeiras com movimentos, Direcionamentos, Suporte na atividade, Suporte na brincadeira, Imitação, Iniciação, Iniciação do colega, Interesse por objeto e Questionamento	Constituição Federal Brasileira (1988). Declaração de Jontiem (1990). Declaração de Salamanca (1994). Lbden 9394 (1996). Resolução CNE/CEB Nº 2(2001), Convenção sobre direitos das pessoas com deficiência (2006), Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), Decreto nº 6.571 (2008) e Lei Brasileira de Inclusão (2015).
Planejamento de atividades, comunicação, interação social, comportamento agressivo, formação de professores	Autor - Costa et al 2023 Preparar o ambiente: reduzir estímulos visuais em excesso, organizar materiais em caixas identificadas com cores e figuras. Respeitar interesses pessoais: transformar o que a criança gosta em recurso didático. Uso de recursos pedagógicos: jogos adaptados, materiais visuais, tecnologias assistivas quando possível. Trabalho colaborativo: dialogar com a família e equipe multiprofissional para alinhar estratégias. Histórias personalizadas: criar narrativas usando os personagens ou temas que despertam a atenção da criança.	NCC, ECA, PNE, LBDI
Interação social, desenvolvimento de linguagem, Relações sociais, dificuldade de comunicação, movimento repetitivo, Falta de formação docente específica, Carência de materiais adaptados e recursos didáticos, Isolamento e baixa interação com os colegas	Autor - Marchiori e França 2018. Brincadeiras cantadas, brincadeiras com cordas, teatro de fantoches brincadeiras tradicionais trabalho com os instrumentos musicais. brincadeira historiada Circuito Sensorial.	Lei federal, como propõe a Lei 12764/2012: A DSM-5, PNE, LBDI, ECA,
Rlaciona-se, stresse pela artiviade proposta, barulho, sensibilidade,	Autor: Santos 2019 Brincadeiras com objetos, ludicos, atividades ludicas, sala organizada, mudança de ativiades constante, jogos interativos com números, cores, letras do alfabeto, garrafa sensorial para ensinar números, cores e letras, caminha com o aluno pela escola, leva o aluno na sala de jogos, quebracabeça de palavras, jogos de números, alfabeto movel, jogo de psicomotrocidade.	Constituição Federal (BRASIL, 1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (BRASIL, 1996), Parâmetros Curriculares Nacionais – Adaptações Curriculares (BRASIL, 1998), Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (Brasil, 2001), Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008),
Concentração, socialização, autonomia, comunicação, vículos afetivo, desenvolvimeto motor	Autor: cunha 2020 Pintura, desenha, massa de modelar, jogos educativos, brincadeiras no parquinho, quebra cabeça, estabelecer contato visual, chama-lo pelo nome, fazer atividade com cordade, fitaas, atividade de mover os objetos de lugar, fazer leitura mostrando o desenho, evita tarefas longas, estimular tarefas em grupos, estimular a comunicação, propor atividade que estimule o pensamento,	Política Nacional de Proteão de Direitos da Pessoa com Transtorno do Aspectro Autista Artigo 98 da Lei nº 812 de 11 de dezembro de 1990, LDBEN Nº 9.394/93, PNE 2014

Fonte: Elaboração próprio com dados dos artigos analisado

As estratégias utilizadas pelos professores na inclusão de crianças com (TEA) na Educação Infantil revelam a importância de um olhar sensível e intencional diante das necessidades específicas de cada aluno. A prática pedagógica não pode se limitar a conteúdos formais, mas deve se articular a recursos que favoreçam a socialização, a comunicação e o desenvolvimento

integral. Nesse contexto, o uso de atividades lúdicas assume papel central, pois o brincar possibilita à criança aprender de forma prazerosa, respeitando seu ritmo e estimulando sua criatividade.

As brincadeiras com movimentos auxiliam no fortalecimento da coordenação motora e no reconhecimento corporal, enquanto os direcionamentos e suportes durante as atividades garantem que a criança se sinta amparada, evitando frustrações e fortalecendo sua autonomia progressiva. Além disso, o professor pode recorrer a estratégias como a imitação, que facilita a aprendizagem por observação, e a iniciação do colega, promovendo vínculos sociais e incentivando a interação entre pares. O estímulo ao interesse por objetos e o uso de questionamentos também se mostram eficazes, uma vez que despertam a atenção da criança e favorecem a comunicação, mesmo quando a linguagem verbal é limitada.

Refletindo sobre essas estratégias, percebe-se que elas vão além de simples recursos pedagógicos: constituem formas de tornar o espaço escolar um ambiente inclusivo, acolhedor e humanizado. Mais do que adaptar atividades, é necessário que o professor crie oportunidades de participação efetiva, respeitando a individualidade da criança e valorizando suas potencialidades. Nesse sentido, cada estratégia aplicada não apenas contribui para o desenvolvimento da criança autista, mas também transforma a prática docente, tornando-a mais consciente, empática e comprometida com a diversidade.

As políticas educacionais voltadas para a inclusão de crianças com (TEA) na Educação Infantil evidencia avanços significativos no campo legislativo e pedagógico, mas também aponta a necessidade de maior efetividade na aplicação dessas diretrizes. De acordo com Mota (2020), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva constitui um marco fundamental, pois defende a escolarização dos estudantes público-alvo da educação especial em classes comuns do ensino regular, assegurando acesso, participação e aprendizagem.

Outra diretriz relevante é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que garante não apenas o direito ao acesso à educação, mas também condições de permanência com qualidade, prevendo

recursos de acessibilidade, adaptações curriculares e atendimento educacional especializado. Além disso, documentos internacionais, como a Declaração de Salamanca (1994), reforçam o princípio de que a escola deve se organizar para atender a todos, respeitando a diversidade como parte essencial do processo educativo.

Os autores destacam ainda a importância da formação continuada de professores e do suporte multiprofissional, políticas que buscam equipar os educadores com instrumentos teóricos e práticos para lidar com os desafios da inclusão. No entanto, a análise dos artigos mostra que, apesar de as legislações oferecerem respaldo jurídico e pedagógico, muitas vezes faltam investimentos em infraestrutura, recursos humanos e acompanhamento especializado para que essas políticas se concretizem plenamente no cotidiano escolar.

Dessa forma, percebe-se que as políticas inclusivas analisadas não apenas garantem direitos, mas também orientam práticas pedagógicas que podem transformar a escola em um espaço mais equitativo e acessível. Contudo, sua efetividade depende do compromisso das instituições em superar barreiras estruturais e atitudinais, assegurando que a inclusão seja vivenciada de maneira concreta e não apenas como princípio normativo.

Portanto, faz-se necessário incentivar a produção de artigos e estudos que contemplem, de maneira prática e contextualizada, estratégias pedagógicas, capacitação docente e políticas públicas voltadas à inclusão da criança autista. Somente com esse avanço será possível superar as defasagens atuais e garantir o direito à educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todas as crianças.

9 CONCLUSÃO

Os estudos evidenciam que, apesar do reconhecimento da importância da inclusão, muitos educadores ainda se sentem despreparados para lidar com as especificidades do TEA, os estudos analisados revelam que os docentes reconhecem a importância da inclusão e demonstram empenho em adotar estratégias pedagógicas diversificadas, pautadas no lúdico, na interação social e no respeito às particularidades de cada criança. Contudo, também evidenciam

dificuldades relacionadas à formação inicial e continuada, à carência de recursos materiais e humanos, bem como às barreiras comunicacionais, sensoriais e sociais que permeiam o cotidiano escolar.

Nesse sentido, torna-se evidente que a consolidação da inclusão depende de um processo articulado entre políticas públicas, suporte institucional e práticas pedagógicas inovadoras. É necessário investir na capacitação docente, no fortalecimento de equipes multiprofissionais e na efetiva implementação de políticas educacionais que assegurem acessibilidade, equidade e condições adequadas de ensino.

Portanto, conclui-se que o olhar dos professores, ao mesmo tempo que denuncia os entraves, também aponta caminhos possíveis para a construção de uma educação infantil inclusiva. Reconhecer essas vozes é fundamental para repensar práticas e ampliar o compromisso ético e social com a diversidade, consolidando uma escola que não apenas acolhe, mas efetivamente promove o desenvolvimento integral das crianças com TEA

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. O. **Práticas pedagógicas desenvolvidas com alunos com transtorno do espectro autista na escola regular: uma revisão integrativa da literatura.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 153f, 2017. Disponível em: CAPES ARTIGOS - Google Drive. Acesso em: 05 de Jan. 2025.

BOECHAT, Gisela Paula Faitanin et al. **A RELAÇÃO ENTRE INCLUSÃO E A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE AUTISMO.** Revista

Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação REASE. São Paulo, v. 10, n. 11, nov. 2024. Disponível em : <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/17122/9483> . Acesso em 26 de mar. de 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 2025. Disponível em: Constituição da República Federativa do Brasil. Acesso em: 25 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.* Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996. Disponível em: CAPES ARTIGOS - Google Drive. Acesso 01 Fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2012. Disponível em: CAPES ARTIGOS - Google Drive. Acesso 10 de Nov. de 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020.** Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), e dá outras providências. *Diário Oficial da União: Seção 1*, Brasília, DF, 9 jan. 2020. Disponível em: L13977. Acesso em: 2 set. 2025.

MOTA, Carol. **Autismo na educação infantil: um olhar para interação social e inclusão escolar.** 1º ed, Curitiba: appris, 2020. ISBN 978-65-5820-430-5.

COSTA, Matheus Gomes. **Desafios e estratégias de inclusão de crianças com TEA no ensino regular.** Contribuciones a Las Ciencias Sociales, São José dos Pinhais, v.16, n.12, p. 32450-32464, 2023. DOI: 10.55905/revconv.16n.12-202.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na escola**: um jeito de aprender, um jeito diferente de ensinar - Ideias e práticas Pedagógicas. 6º Ed. Rio de Janeiro: wak Editora, 2020. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/651301399/Autismo-Na-Escola-1> . . Acesso em: 02 de Agosto de 2025

Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014. **Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro**. Disponível em: Decreto nº 8368. Acesso: 10 de Jan. 2025.

DIAS, Renan Italo Rodrigues. **A inclusão do aluno com transtorno do espectro autista na escola comum**: desafios e possibilidades. EaD e Tecnologias Digitais na Educação., Dourados, v. 7, n. 9, p. 123-130, 2019. Disponível em: CAPES ARTIGOS - Google Drive. Acesso em: 04 de Fev. de 2025.

DIAS, Roseli Francisco Da Rocha. **Inclusão de crianças autistas na educação infantil**: um estudo a partir das concepções de familiares, professores e gestores educacionais. São Mateus, Espírito Santo, 2020. Disponível em: CAPES ARTIGOS - Google Drive. Acesso em: 15 de Jan. 2025.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. Editora Mediação, 87 p. 2005

FERNANDES, A. H. **Formação do professor para a inclusão do aluno com transtorno do espectro autista (TEA) na rede regular de ensino**. Paraná, 2016. Disponível em: CAPES ARTIGOS - Google Drive. Acesso em 14 Jan. 2025.

LEONEL, A. dos S.; LEONEL, R. dos S.; COSTA, J.M. da; SALES, M.F.; SILVA, A.M.S. da; SILVA, R.D.M.M. da. **Um olhar sobre a prática do profissional de apoio à alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) da rede municipal de ensino em Altamira-Pará**. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*. São Paulo, v.8, n.05, maio de 2022. Disponível em: CAPES ARTIGOS - Google Drive. Acesso em 05 de Fev. de 2025.

MACHADO, Juliana da Silva. **Práticas pedagógicas para alunos com autismo**: um estudo bibliográfico. 2018. 30p. Artigo. (Licenciatura em Educação Especial). Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria/RS. Disponível em: CAPES ARTIGOS - Google Drive. Acesso 26 de Dez. de 2024.

MARIÑO, Maria Helena Mangiolardo. **Práticas da educação infantil inclusivas para crianças de três a cinco anos com transtorno do espectro**. *Programa de Pós-Graduação em Docência para a Educação*. Bauru, 2023. Disponível em: CAPES ARTIGOS - Google Drive. Acesso em: 15 Jan. 2025.

MARCHIORI, Alexandre Freitas; FRANÇA, Carla de Almeida. **Práticas e articulações pedagógicas na educação infantil:** contribuições ao processo de desenvolvimento de uma criança com autismo. ISSNe 1980-4512, v. 20, n. 38 p. 488-513, jul-dez 2018.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Educação Inclusiva:** Realidade ou Utopia. Texto produzido para mesa redonda do LDDE-USP, São Paulo, 1999.

NONATO, Gleides Ander et al. **CRIANÇAS DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS A SEREM SUPERADOS PELO PROFESSOR.** 2024. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/14423> . Acesso em 08 de junho de 2025.

OLIVEIRA, P. C., Silva, G. L. M., Lobo, W. C., Silva, A. M. F., Nazareth, A. S., & Silva, B. S. **Desafios da educação inclusiva:** autismo e formação docente. São Paulo, 2023. Disponível em: SCIENTIFIC ELETRONIC - Google Drive. Acesso em: 01 Mar. de 2025.

SANTOS, Neide Maria; GOING, Luana Carramillo. **Transtorno do espectro do autismo:** formação docente e práticas inclusivas no contexto escolar. Revista Eletrônica Pesquiseduca, Universidade Católica, 2023. DOI: 10.58422/repesq.2023.1434. Disponível em: CAPES ARTIGOS - Google Drive. Acesso em: 15 de Dez. de 2024.

Santos, Juçara Maria Lemes Giffoni Ávila. **Desafios e possibilidades da escola pública na inclusão de aluno com transtorno do espectro autista na Educação Infantil.** Universidade de Taubaté, 2019. Disponível em: <https://mpemdh.unitau.br/wp-content/uploads/2017/dissertacoes/mpe/b/Jucara-Maria-Lemes-Giffoni-Avila-Santos.pdf>. Acesso em: 06 de agosto. De 2025.

SCHMIDT, Carlos et al. **Inclusão escolar e autismo:** uma análise da percepção docente e práticas pedagógicas. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, v 18, n1, p 222-235. São Paulo, SP, jan.-abr. 2016. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/9357/5721> . Acesso em 26 de mar. de 2025.

SOUSA, André Cristovão et al. **Educação Especial Inclusiva:** Teorias, Práticas e Desafios. 1. ed. São Paulo: EBPCA, 2024. ISBN: 978-65-85931. DOI: 10.51473/ed.al.e. Disponível em: CAPES ARTIGOS - Google Drive. Acesso em: 19 Dez. 2024.